

Dois directores do Novo Banco são arguidos

Investigação Após buscas, foram constituídos arguidos Isabel Almeida, ex-directora financeira, e o ex-administrador António Soares do BES Vida.

António Costa,
Lígia Simões e Filipe Alves
antonio.costa@economico.pt

A mega operação no âmbito das investigações ao universo Espírito Santo, realizada na quinta-feira passada, levou à constituição de dois arguidos. O Económico sabe que são dois directores do Novo Banco, que transitaram do Banco Espírito Santo (BES): Isabel Almeida e António Soares.

Isabel Almeida foi directora financeira do BES e chegou a ser proposta numa lista para a administração do BES. Já António Soares desempenhou até ao início de Agosto as funções de administrador da seguradora BES Vida.

Em esclarecimento ao Económico, sem revelar nomes, a Procuradoria-Geral da República (PGR) confirmou que "foram constituídos dois arguidos", adiantando que "esta constituição não está relacionada com a actividade desenvolvida no Novo Banco".

Na mira dos investigadores está o esquema que a auditora KPMG detectou em Julho e que serviria para financiar o GES com dinheiro de clientes do BES, por via de obrigações emitidas e de seguida recompradas pelo banco. Tal como o Económico noticiou, a KPMG confrontou a responsável pelo departamento de mercados financeiros do BES, Isabel Almeida, que acabou por revelar o funcionamento do esquema quando os auditores ameaçaram não assinar as contas semestrais.

O presidente do Novo Banco, Eduardo Stock da Cunha, confrontado com o processo judicial dos dois funcionários desvalorizou o assunto. "Duas pessoas em seis mil [colaboradores] são 0,03%. Acha que me vou preocupar", questionou Stock da Cunha, citado pela Lusa, à margem de uma conferência em Lisboa. "Estou preocupado com as milhares de empresas portuguesas a quem damos crédito, com os milhões de portugueses que nos confiam os seus depósitos e com os mais de seis mil colaboradores

do banco". Fonte ligada ao banco referiu ainda que a instituição dispõe de meios para se proteger a si e aos quadros constituídos arguidos, retirando-lhes as funções. Foi este o caso de Isabel Almeida, que permanece funcionária do Novo Banco, com o estatuto de directora, embora já não exerça as referidas funções.

Isabel Almeida estava no centro da operacionalização do financiamento circular, sem conhecimento dos reguladores e que o Banco de Portugal (BdP) chamaria "fraudulento". A sua intervenção acabou por ser essencial para a descoberta pelas autoridades destas operações, tendo confirmado todos os detalhes numa reunião com a anterior administração de Vítor Bento. Isabel Almeida alegou ter agido sob instruções superiores. A sua direcção estava sob alçada do administrador financeiro, Amílcar Moraes Pires.

De acordo com a PGR, foram realizadas, a 27 de Novembro, 34 buscas domiciliárias, uma a um advogado e seis a entidades relacionadas com o exercício da actividade financeira. Em causa estão suspeitas de crimes de burla, abuso de confiança, falsificação de documentos, branqueamento de capitais e fraude fiscal.

Documentos apreendidos

Segundo o jornal "Público", as buscas realizadas às instalações do Novo Banco, assim como ao local onde agora funciona o antigo BES, deram origem à apreensão de cinco milhões de documentos parquedeados nas instalações informáticas do Novo Banco no Tagus Park. Este acervo documental permitirá certificar suspeitas de crimes por gestores e altos quadros, envolvendo ainda clientes da instituição. Indícios de irregularidades e ilicitudes na gestão e comercialização de contratos de gestão de carteiras foram enviados no fim de Agosto pela CMVM ao Ministério Público (MP).

As autoridades judiciais foi comunicado um esquema complexo que tem no centro a sociedade



Inspectores da PJ realizaram buscas na sede do ex-BES, na quinta-feira passada. Começaram de manhã e duraram quase 13 horas.

SUSPEITAS

- Recurso a veículos suíços, fornecedores de serviços (do BES e GES) para financiamento e ocultação de dívida, em cerca de mil milhões de euros. Um esquema que tem no centro a Eurofin.
- Indícios criminais na gestão do banco detectados na auditoria forense exigida pelo BdP e que está ser concluída.

Eurofin e que foi posto em prática no primeiro semestre (até Abril) pela anterior gestão do BES. Através da passagem por diversas sociedades, o BES terá estado não só a financiar indirectamente o GES como a gerar um lucro fictício resultante das diferentes taxas de juro praticadas. Na realidade, o lucro do GES foi o prejuízo do BES que terá emitido obrigações de muito longo prazo, a desconto, através da sucursal no Luxemburgo, com uma 'yield' de 7%. Estes títulos foram colocados na ES Panamá. Mas a partir de 11 de Julho, o BES começou a recomprar as obrigações, o que gerou suspeitas nos auditores, suscitando a KPMG de contornos criminais, num esquema que só foi descoberto após a auditora ter recusado assinar as contas no primeiro semestre. Da investigação da CMVM terá também vindo matéria relevante para comuni-

cação às autoridades, resultante da colocação de dívida aos balcões do BES, quer seja papel comercial, séries comerciais e gestão discricionária de carteiras.

BdP também enviou indícios

A operação da Unidade de Combate à Corrupção da PJ - que contou com a participação de 14 magistrados do DCIAP e do DIAP foi também desencadeada na sequência de uma outra queixa-crime apresentada, em Setembro, pelo BdP ao MP.

A investigação assenta ainda nas conclusões obtidas pelo governador Carlos Costa através de uma auditoria forense à gestão do BES. O objectivo é descobrir responsabilidades individuais que possam ter estado na origem da 'morte anunciada' do banco privado que, a 30 de Julho, anunciou prejuízos de 3.577 milhões de euros no primeiro semestre. ■

Paulo Alexandre Coelho